



INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU

JARDEL AUGUSTO MANJAMI

**INTELECTUAIS E O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU: PAPEL DOS INTELECTUAIS
NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE GUINEENSE (1974- 2024)**

REDENÇÃO – CE
2024

JARDEL AUGUSTO MANJAMI

**INTELECTUAIS E O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU: PAPEL DOS INTELECTUAIS
NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE GUINEENSE (1974-2024)**

Trabalho apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades- IH na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Susana Além Abrantes.

Jardel Augusto Manjami

**Intelectuais e o Estado da Guiné-Bissau: Papel dos Intelectuais no Desenvolvimento da
Sociedade Guineense (1974-2024)**

Trabalho apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades- IH na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Susana Além Abrantes.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Susana Além Abrantes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor/a:

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor/a:

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem como tema o papel dos intelectuais no desenvolvimento da sociedade guineense e procura compreender a relação que existe entre estes dois campos de ação representados pelo Estado e pelos intelectuais. Em um estudo preliminar da pesquisa, discute-se a relação que existe entre os intelectuais e o Estado da Guiné-Bissau desde o processo da construção de novo Estado pós independência de 1974 até os dias atuais, fazendo menções às perseguições sofridas por intelectuais pelas elites mandantes como forma de silenciar as suas críticas ao regime do partido único que pairava no país por muito tempo. A questão da etnicidade como forma de chegar ao poder também é abordada como forma de garantir votos. Não se trata de uma estratégia nova na política porque já foi usada desde o início da democracia na Guiné-Bissau como mostra as nossas referências teóricas. O fenômeno se transformou em cultura no contexto da política guineense uma vez que esse ato continua sendo praticado nesta sociedade. Para a realização deste projeto, foi usada a pesquisa bibliográfica baseada nos dados das produções (livros, artigos e trabalhos de conclusão de curso) voltada a este tema. No futuro, será utilizado o método qualitativo que nos permite a interpretação de dados, em especial entrevistas para a coleta de dados onde escolhemos o Ministério de Recursos Humanos (RH) e União Nacional de Trabalhadores Guineenses (UNTG) como campos de investigação.

Palavras-chave: Estado, Desenvolvimento, Intelectuais.

Sumário

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 | JUSTIFICATIVA | 10 |
| 3 | PROBLEMATIZAÇÃO | 10 |
| 4 | OBJETIVOS | 13 |
| 4.1 | Objetivo Geral | 13 |
| 4.2 | Objetivos Específicos | 13 |
| 5 | DISCUSSÃO TEÓRICA | 13 |
| 5.1 | A RELAÇÃO DO ESTADO (PODER) E INTELLECTUAIS | 13 |
| 5.2 | INTELLECTUAL | 21 |
| 6 | METODOLOGIA | 26 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICOS | 27 |

1 INTRODUÇÃO

A ideia da construção deste projeto vem no quadro de apresentação de um trabalho final como forma de obter a graduação do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU).

O tema deste projeto surgiu a partir da leitura do trabalho de Barnabé Có (2016), que escreveu sobre a fuga de cérebros da Guiné-Bissau. Neste trabalho, o autor trata da migração de cérebros tomando esta migração como resultado da opressão e perseguição das elites no poder. Essas perseguições são feitas contra os profissionais, ou seja, intelectuais daquela época pós independência. O projeto tem como objetivo entender os motivos que estão na origem desta fuga. Como todo projeto precisa de orientação, no TCC 1 escolhi como orientadora a professora Dr. Carla Susana Além Abrantes que foi quem me ajudou a construir este projeto.

No nosso primeiro encontro que tivemos discutimos e chegamos à conclusão de que a “fuga de cérebros” pode nos levar a uma inquietação sobre razões que estão na origem desta fuga, o que nos levou a buscar um aprofundamento sobre o projeto de Estado e qual a relação deste com os intelectuais. A partir de aí, optamos em estudar como podemos pensar a formação de novos intelectuais e a estrutura que foi designada, no contexto do Estado, para acolher os profissionais. Assim, deu início ao nosso primeiro recorte da pesquisa que foi centralizado sobre as estruturas de governo e o papel dos intelectuais no desenvolvimento da sociedade guineense. Este tema é grande e foi necessário ao longo do trabalho reduzi-lo para um projeto viável de ser realizado durante a graduação. Observamos que este estudo terá um impacto positivo ao ser pesquisado dado a sua relevância para o mundo acadêmico guineense como forma de explicar através de factos como estas relações foram compostas desde o início da construção de nação independente em 1974.

Como os intelectuais influenciam o desenvolvimento de uma sociedade? Que profissionais que estão na administração do país até os dias atuais podem ser exemplos de atuação pública e observar como percebem esse lugar e o seu papel?

E a partir daí surgiu a pergunta principal: qual é o papel dos intelectuais no desenvolvimento da sociedade guineense?

Assim, o objetivo principal é compreender a relação que existe entre estes dois campos de ação representados pelo Estado e pelos intelectuais. Para tanto, fizemos um primeiro levantamento bibliográfico sobre a temática para a construção do projeto, como veremos a seguir.

Os autores principais da discussão são: Carlos Cardoso (2002); Carlos Eduardo Vieira (2008); Renato Perissinotto & Adriano Codato (2009); Barnabé C6 (2016); Vagner Bijag6 (2011).

No livro *Forma76o das Elites*, Carlos Cardoso (2002) trouxe uma discuss6o da forma76o das elites, ou seja, como surgiram as novas elites depois da abertura democr6tica de 1991. Al6m disso, ele explica ainda como as personalidades do poder econ6mico ingressaram na pol6tica ocupando lugares de destaque, ou seja, da tomada de decis6es do pa6s, deixando de lado as elites com prepara76o acad6mica para assumir o aparelho administrativo do pa6s.

Por outro lado, Carlos Eduardo Vieira (2008) discute o conceito de intelectuais como agentes da organiza76o. Assim, s6o como respons6veis pela resolu76o dos conflitos sociais, mostrando a import6ncia destes na mudan76a de uma sociedade rumo 6s inova76es que o mundo atual nos coloca. O autor percebe os intelectuais como pessoas preparadas profissionalmente para assumir redes da sociedade. Como podemos ver, esta teoria pode ser uma ferramenta importante para discutir o lugar destes no processo de desenvolvimento do pa6s.

Renato Perissinotto e Adriano Codato (2009) relatam em “Elite Pol6tica e Elite de Classe” que os que pertencem a esta classe social (classe m6dia) ou a elite do poder econ6mico s6o al76ados ao lugar para domina76o da sociedade e controlam ainda as decis6es da sociedade (PERISSINOTTO & CODATO, 2009). A classe social que os autores referem aqui tem a ver com a domina76o de grupo menor em detrimento do grupo maior, ou seja, uma sociedade onde existe luta de classe entre os mais vulner6veis e os mais protegidos. 6 onde tamb6m um determinado grupo 6 dotado de privil6gio que d6 esse acesso aos lugares de destaque e de mando dentro de uma sociedade.

Barnab6 C6 (2016) salienta em “Fuga de C6rebro” que a migra76o de intelectuais tem como objetivo procurar melhores condi76es de vida e n6o s6. Ele relata tamb6m como os rec6m formados s6o tratados, mencionando as persegui76es que alguns sofrem por causa das suas inquieta76es e orienta76es ideol6gicas. Dentro desta reflex6o do autor podemos analisar diferentes pontos de vista e levantar v6rias quest6es sobre a rela76o existente entre Intelectuais e o Estado como forma de entender esta fuga.

Bijag6 (2011) tamb6m escreve sobre a “Forma76o do Estado” narrando a hist6ria de como foi a entrada dos portugueses na sociedade guineense e cita algumas etnias que s6o usadas para conseguir penetrar no seio da sociedade como modo de causar ou provocar problemas internos entre as etnias. Nesta reflex6o do autor, podemos constatar que a divis6o de etnias j6 era usada como forma de se aproximar dos cidad6os e conseguir privil6gios que podem ser vantajosos. Esta estrat6gia continua a repercutir dentro desta sociedade?

Sendo este trabalho construído sobre a sociedade guineense, será necessária uma breve apresentação desse país africano. A república da Guiné-Bissau é um país que se tornou independente em 1974 e que tem como a sua língua oficial o português. A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental de África que faz fronteira com a República de Senegal ao norte e República de Guiné- Conakry ao sul e ao leste, estes dois países são de língua francês. O país conta com uma superfície de 36 125 km², no entanto, as inundações causadas pelas marés fluviais e o alargamento resultante das chuvas regulares e periódicas fazem com que, apenas, 24. 800 km² da superfície total seja habitável (Augel, 2007; INE, 2015 apud Caomique, 2022, p. 11).

Figura SEQ Figura * ARABIC 1 - mapa de África



Fonte: Wikipedia

Segundo o autor Caomique (2022, p.13) na Guiné-Bissau coabitam vários sistemas de crença e manifestações religiosas: a espiritualidade africana, o cristianismo e o islamismo. A religião islâmica é predominante com 50% seguida de espiritualidade africana com 40% e último vem cristianismo com 10% e o país é definido como um Estado laico devido a sua diversidade.

Dentro deste território de 36.125 km² o país conta com uma população de aproximadamente 2 milhões de habitantes, contando todo o território nacional e ainda o país conta com 80 ilhas distribuídas por toda parte das regiões que compõem o país (SEIDE, 2017).

O País também conta com nove regiões na sua divisão sendo oito regiões administrativas nomeadamente: Cacheu, Oio, Gabú, Bafatá, Quinara, Tombali, Bolama-Bijagós, Biombo e um sector autónomo (Bissau), sendo capital onde concentra maior número da população e tem como língua crioula que facilita a comunicação entre diferentes etnias, língua está tomada como língua nacional (Caomique, 2022, p.11).

Figura SEQ Figura * ARABIC 2 - Mapa de Guiné-Bissau



Fonte:

Wikipédia

No campo político, a Guiné-Bissau apresenta, tal como muitos países africanos, um panorama político relativamente híbrido que tem, por um lado as instituições políticas modernas de cariz burocrático, laico e civil, influenciada pelo Estado colonial e por outro lado políticas tradicionais que vêm da herança negra sudanesa e, em certa medida, árabe-muçulmano. em outros termos, os contatos com árabes e, mais tarde, com as potências coloniais europeias modificaram, até um certo ponto, as estruturas políticas africanas e redefiniram as suas dinâmicas (CAOMIQUE,2022, p.16).

Nessa citação acima, o autor trata da influência da colonização nas nossas formas de política. Assim, é importante lembrar que, com a chegada dos colonizadores aos nossos países, modificaram-se as nossas formas de pensar e de viver como sendo esse objetivo da dita civilização que aparece sempre nos seus discursos e que nos obriga a deixar as nossas formas de estruturar as nossas sociedades.

2 JUSTIFICATIVA

A motivação para esta pesquisa sobre intelectuais e Estado vem através da minha vivência e com a inquietação que venho tendo no decorrer da minha convivência no meu país. Quando escrevo sobre a convivência, estou me referindo ao espaço acadêmico onde costumamos debater vários assuntos que dizem respeito ao sistema político do nosso país, e esta motivação é fruto deste debate e dos conflitos sociais e políticos constantes no meu país.

Quando escrevo sobre conflitos sociais estou enumerando vários fatores nomeadamente: quedas de governos e opressão instalada no país em vários momentos da história recente, lembrando ainda que este cenário não é novo na política do país como referimos acima. São momentos que lembram muito o processo de construção de Estado no regime do partido único onde os intelectuais foram perseguidos por conta das suas críticas e opiniões contra o regime daquela época (Cardoso, 2002)

Este trabalho pode ser útil na nossa sociedade sendo um trabalho que vai ajudar e facilitar a população a entender a origem desta relação existente entre estes dois lados, neste caso dos intelectuais e Estado deste país acima referido.

Esta pesquisa pode ter grande relevância e impacto no que diz respeito ao repertório da pesquisa deste tema em nosso país sendo um trabalho que tem como objeto de pesquisa um tema que muitos consideram de relevância. A proposta aqui é contribuir para fortalecer o entendimento da questão, e valorizar o papel dos intelectuais.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Este trabalho é construído a partir da sua pergunta de partida a que referimos na introdução deste projeto. A partir desta pergunta vêm surgindo várias inquietações sobre o fenômeno, ou seja, o objeto de pesquisa. Estas perguntas vão ser caminhos para poder responder ao nosso problema central, e essas perguntas são frutos das leituras de vários autores que escreveram sobre a sociedade guineense. Passamos agora a explicitar estas questões.

Segundo Barnabé Có (2016), ao longo da história vimos que a inclusão dos intelectuais no aparelho de Estado é difícil porque os militares sempre pautam pela hierarquia, fazendo lembrar todo tempo que eles são responsáveis pela independência. Os intelectuais também mostram que eles têm a capacidade de que o país está precisa no momento e isso, sempre criou conflitos internos. A negação de abertura política e conseqüentemente a criação dos novos partidos, pode ser o desejo ou forma que os libertadores pretendem usar como forma de preservar o seu poder e a sua ideologia de libertar o país e dar estabilidade que esta precisa.

Esta ideologia é quebrada e desafiada por eles com tantos conflitos internos resultado de sede de poder que acaba levando o país a sérios problemas que conseqüentemente trazem instabilidade política e crise econômica. a ideologia neste caso é o objetivo que eles têm de manter no poder e dar estabilidade ao país e

Dentro desta reflexão do autor surgiu uma pergunta que fazemos como forma de entender esta história entre o Estado e intelectuais: qual é a relação que existe entre os intelectuais e Estado da Guiné-Bissau? Visto que segundo o mesmo autor, não havia um relacionamento entre o PAIGC e os partidos de oposição (Có, 2016). Este problema é a consequência dos conflitos internos sobre abertura democrática onde alguns aceitaram esta abertura e os outros fingiram que aceitaram, mas no fundo não, e estes partidos de oposição tiveram vários quadros provenientes do PAIGC, razão que proporcionou ainda mais a disputa no seio da democracia guineense e a perseguição só aumentava (Barnabé Có, 2016).

Baseando nesta reflexão do autor vamos perceber que o partido não estava preparado para ouvir um não ou uma ideia contrária visto que o seu objetivo é dominar toda instituição do país a fim de governar da forma que quiserem. Também podemos perceber que mesmo sendo intelectual, ou seja, quadro do PAIGC (termo que o autor usou), se não alinhar com objetivo do partido vai sofrer consequências por ter ideias opostas à do partido no poder. Estas opressões são formas de silenciar os intelectuais e suas ideias.

Necessitamos também de entender como essas elites militares e intelectuais que estão neste regime são substituídos pelo aparelho de Estado, uma vez que os seus objetivos se espelham na manutenção do poder pelos seus próprios membros. De acordo com Cardoso (2002), para compreender a renovação das elites precisamos saber ou entender a relação que esta elite tem com a sociedade, porque a renovação das elites na África e principalmente na sociedade guineense se dá mais através dos laços afetivos que estes têm com a sociedade. E partindo desta reflexão do autor surgiu uma outra pergunta: como se dá o processo da renovação das elites guineenses? O que procuramos com esta pergunta é entender mais afundo se dentro desta questão de afetividade existe um critério que avalia as condições acadêmicas destes novos

integrantes do aparelho de Estado. Isso porque segundo o mesmo autor, o estudo dos dirigentes guineenses constitui uma dimensão necessária e incontornável da análise dos processos de estratificação política, econômica e social e que está ligada com dinâmica da formação do Estado (Cardoso, 2002)

Nesta última reflexão podemos perceber que o autor mencionou a questão econômica como um dos fenômenos a analisar para melhor compreender esta dinâmica da formação de Estado. Baseando nesta escrita do autor vamos fazer uma pergunta que vai facilitar a nossa compreensão sobre impacto destes na decisão do país para entender também o quão o poder econômico influencia na nossa sociedade.

De acordo com Cardoso (2002) a pessoa tem a capacidade de influenciar as decisões políticas na detenção de um capital econômico, o que quer dizer que na sociedade guineense o poder da decisão não depende só da influência política, mas também da influência econômica que acaba ajudando a pessoa a se consolidar como elite nesta sociedade. De uma certa forma, baseando-me na linha do pensamento do autor vamos perceber como o poder econômico pode ofuscar o capital intelectual, neste caso, o conhecimento acadêmico no que tem a ver com a influência na sociedade visto que, este mesmo autor mostra que na sociedade guineense se cria uma elite através do seu poder econômico que ele mostra ao ajudar os habitantes da mesma zona, e isso, de uma certa forma, acaba dando uma certa influência desta pessoa na sociedade.

Como nesta sociedade tudo está canalizado na política esta influência é usada como arma para atingir o topo, começando por afilhar (tornar membro de um partido político) num partido político (Cardoso, 2002), com essas ilustrações do autor suscitou em nós uma pergunta: qual é a influência do poder econômica na tomada de decisões do país? De acordo com o artigo de opinião Educar Mente para uma Democracia,

Carlos Gomes Júnior empresário, reforçou seu capital financeiro ao longo dos governos fato que lhe rendeu a hegemonia entre 2004 a 2012. Braima Camara também empresário, era respeitado e quase incontestado pelo seu capital financeiro que inclusive ajudou atual Presidente Umaro Sissoco Embaló introduziu uma mudança no orçamento geral de Estado que lhe rendeu riqueza de mais de 600 milhões de fcfa para o seu bolso apenas em 2021. Você deve se perguntar Domingos Simões Pereira? O DSP tem capital político (que adquiriu graças ao seu partido histórico), mas isso não é suficiente no país da democracia em construção como a Guiné-Bissau. No caso dos países das democracias em construção como a Guiné-Bissau, o capital financeiro por si só determina a regra do jogo. (Educar Mente, 2024)

Estas afirmações vindas deste artigo de opinião vêm cumprimentando as ideias a escrita de Carlos Cardoso como vimos acima mostrando como esse poder econômico não influencia só na tomada de decisão como também em manter hegemonia dentro desta sociedade.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

- Entender o que é ser intelectual na Guiné-Bissau.

4.2 Objetivos Específicos

- ✓ Entender o que é ser intelectual e não intelectual na África.
- ✓ Entender o que é ser intelectual e não intelectual na sociedade guineense.

5 DISCUSSÃO TEÓRICA

5.1 A RELAÇÃO DO ESTADO (PODER) E INTELLECTUAIS

O objetivo desta seção é trazer fundamentos teóricos que auxiliem o desenvolvimento inicial deste projeto e a construção de uma problematização para seguir a investigação sobre a relação entre o Estado e os intelectuais. De partida, conhecemos o papel dos colonizadores durante a expansão formavam os intelectuais de diferentes sectores para encaixar no aparelho de Estado colonial, neste caso, a partir de uma instituição vocacionada para tal finalidade. Refiro-me ao aparelho administrativo dos países colonizadores que foram implementados nos territórios coloniais de modo a poder controlar e administrar estes países de acordo com os seus objetivos (Abrantes, 2022, p.69).

E se olharmos para a administração do Estado guineense, vamos ver que, mesmo após a independência do país em 1974, ainda o país continua com a mesma construção do Estado. De acordo com Cardoso, a formação do Estado guineense foi inspirada e baseada no sistema colonial que pautava na concentração do poder e restrição de certas camadas aos espaços de tomada de decisão e ao poder estatal (Cardoso, 2002, p.12).

Baseando nesta linha de pensamento do autor, vamos perceber que mesmo com a substituição do Estado colonial pelo novo Estado nacional, o regime do partido único prezava na preservação do poder através da participação dos antigos combatentes na administração do país, e conseqüentemente afastando os críticos do regime como mencionamos acima. Podemos perceber a partir deste ponto que desde a formação do Estado da Guiné-Bissau o país tem sido formado na base de separação e segregação dos seus líderes. Segundo Bianchi inspirado em Weber, “o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território - este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (Weber, 1982 *apud* Bianchi, Álvaro 2014, p. 84). Esta definição de Estado tem a autoridade máxima de um país em uma instituição com direito de ditar as regras

do jogo e este monopólio foi construído no país como referimos em cima através da concentração do poder por um determinado grupo em detrimento de outro, e vale ressaltar ainda que esta concentração é feita com militares, ou seja, antigos combatentes. Por outro lado, é importante realçar que as suas ações mesmo sendo muitas vezes opressoras são baseadas na lei que as protegem e legitima esta ação.

Descrivendo o conceito de Estado vamos ver o autor Weber, que sugere:

Para nós, bastam a existência de um "território", a disposição de empregar força física para defendê-lo e uma ação social que não se esgote exclusivamente numa atividade econômica comum para satisfazer as necessidades coletivas, mas que regule as relações das pessoas que se encontram no território em questão, para constituir uma comunidade "política" especial. Os adversários contra os quais se dirige a ação social, eventualmente violenta, podem encontrar-se fora ou dentro do território em questão, e já que atualmente a coação física é parte integrante da ação social política "institucional", aqueles que estão expostos à violência da ação social encontram-se também e até em primeiro lugar entre os participantes forçados da própria ação social política, pois a comunidade política, mais do que outras comunidades com caráter de instituição, apresenta uma natureza que exige dos participantes individuais atos que grande parte deles somente realiza por saber da probabilidade de coação física (WEBER, 1999, p 156).

Baseando-se na ideia do autor, o Estado é uma comunidade política que comanda um território e o único ator capaz de legitimar a violência social, também assume papel primordial como o órgão responsável que impõe as regras do jogo. Neste caso, é o Estado quem regulariza a forma de relação social através do seu departamento jurídico, e pegando esta ideia fazenda uma relação com problema, ou seja, o objeto da nossa pesquisa vamos ver que, toda essas ondas de opressões sofridas pelos intelectuais não são levadas em conta porque quem monitoriza a justiça é o Estado que é responsável por esta prática. Ainda para o autor, o Estado é um conjunto de pessoas que defendem os interesses do território.

Antes da formação do Estado na Guiné-Bissau foi conduzida um processo de formação da unidade nacional baseada no objetivo de unir diversas etnias para fazer face à luta pela libertação nacional. De acordo com Bijagó, ¹Cabral percebia que o ponto mais frágil que existia, e que poderia levar o processo de luta a falência, era a instrumentalização das etnias por parte dos portugueses, daí o sentido das palavras de ordem *unidade, luta e progresso* ter se tornado para ele uma constante (Bijagó, 2011, p. 56).

O que Cabral queria evitar era o aliciamento por parte dos portugueses a uma determinada etnia, uma situação que poderia ser determinante para a vitória dos colonizadores

¹ Amílcar Lopes Cabral é o combatente e fundador da nacionalidade guineense e caboverdiana também foi quem mobilizou a luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Ele nasceu no dia 12/09/1924.

durante a luta. É isso que o M'Bokolo chama de separatismo mostrando como isso influenciou na penetração dos belgas no Congo. Segundo este autor,

com efeito, de acordo com a segunda perspectiva, pretende-se efetivamente reconhecer a existência de um certo separatismo, de natureza tribal, étnica ou regional, para decretar em seguida que os chefes, os cabecilhas e os quadros dos movimentos mencionados anteriormente foram apenas objetos, instrumentos manipulados pela potência, as forças e os interesses estrangeiros (Amselle; M'bokolo, 2017, p176).

Os autores Amselle e M'bokolo tentam mostrar como esses estrangeiros, no caso os colonizadores, tentam a todo custo tirar vantagem, criando guerra entre as etnias. Estas guerras de modo em geral podem ser religiosas, políticas e tribais tornando assim as relações entre etnias muito fraca de modo a facilitar a sua penetração dentro desta sociedade tendo ainda o apoio dos chefes que de uma certa forma são manipuladas através dos aliciamentos.

Esta seria a forma de fazer a política que eles encontravam para conseguir penetrar no seio da sociedade guineense de modo a poder criar guerra e discórdia entre etnias, e é a forma que eles usavam para ter poder sobre estas etnias. É importante salientar que ainda persiste na sociedade guineense esta forma de chegar ao poder através de discursos étnicos como definimos em cima. De acordo com Weber,

Por “dominação” compreendermos, então, aqui, uma situação de fato de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominadores”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações (“obediência”). (Weber, 2012, p.191).

Continuando na linha do pensamento deste autor, entende-se que o poder é caracterizado como uma forma de dominação de um grupo sobre o outro.

Esta dominação é dada pela força que um grupo tem de impor a sua vontade, ou seja, de conduzir a sociedade para ele quer que esteja segundo a sua ideologia. De acordo com autor já referido (Bijagó), na Guiné-Bissau dada a organização política da etnia mandinga e as suas influências serviram de uma grande parceria para os portugueses que negociaram o privilégio a esta etnia tendo seus reinados enriquecidos. Este fato mostra como a separação das etnias pode ser benéfica para os colonizadores e prejudicial para o país (Bijagó, 2011, p.30).

Segundo Kohl, Cabral olhava para essa unidade nacional como uma das importantes conquistas rumo ao desenvolvimento. Para ele, não considerava a etnicidade como um problema social, mas, o que ele temia mesmo é que esta ²etnicidade fosse usada para oportunistas colonizadores como forma de criar conflitos entre etnias para tirar vantagem. Esta

² Segundo Marques (2022), a etnicidade é entendida como sentimento de pertencimento a um determinado grupo e também pode ser vista como um método informal de organização política baseada na seleção das pessoas do mesmo grupo étnico.

divisão seria dolorosa para o país (Kohl, 2011, p.44), como vamos ver, após a luta armada na construção do Estado, e depois de golpe do movimento reajustador que teve como justificativa a rejeição dos combatentes guineenses ao segundo plano destacando mais os cabo verdianos no partido-estado neste caso, o PAIGC. Pegando na escrita do autor vamos perceber que o que Cabral temia que acontecesse com os colonizadores acabou sendo verificado na política atual.

Segundo o mesmo autor, após a guerra da libertação nacional, o que Cabral temia mais era a disputa tribal entre os guineenses que posteriormente veio acontecer e ficou registrado como início da disputa étnica na sociedade guineense, e também como consequência repetida de conflitos sociais na Guiné-Bissau (Kohl, 2011, p.52). Isso porque a sociedade guineense conheceu e vivenciou uma luta que invisibilizava qualquer capital intelectual diante do privilégio étnico e posição social neste país como descreve o autor.

O início da luta étnica teve lugar depois de um acontecimento que culminou com a morte dos intelectuais de uma determinada etnia. De acordo com Bijagó

Se antes e depois da luta a questão étnica foi silenciada como forma de buscar a unidade nacional. O acontecimento de 17 de outubro de [1984] no qual alguns intelectuais da etnia Balanta foram assassinados pelo regime do presidente Nino Vieira, marca o começo de um inconformismo silencioso por parte dos Balantas, pois, não ousavam a manifestar as suas indignações sob pena de retaliação (Bijagó, 2011, p. 64).

Podemos perceber com esta citação de que esta data desencadeou um grande problema social que o autor M'bokolo inclui como sendo o separatismo que tem sido vivido até os dias de hoje na sociedade guineense, principalmente na vida política do país. Um acontecimento que acabou empurrando o país a um sistema político que valoriza mais o parentesco como forma de chegar ao poder de que o conhecimento em si, de certa forma ofuscando a presença dos intelectuais no aparelho de Estado. De acordo com M'bokolo, “uma das idiossincrasias do separatismo catanguês, sobretudo na sua primeira fase, reside efetivamente numa exploração sistemática da história muitas vezes desvirtuada com astúcia para fins partidários” (M'bokolo, 2017, p.180). Este caso é visto e analisado na sociedade guineense como *tribalismo* preconceito sofrido pelas diferentes etnias e religião, como é o caso dos Balantas que são vistos como a etnia perturbadora da sociedade e da vida política na Guiné-Bissau depois das suas reações ao acontecimento de 17 de outubro.

Após o acontecimento de 17 de outubro de 1984, o país tem enfrentado diversas políticas que pautam mais para questões tribais. De acordo com Kohl, “os políticos na Guiné-Bissau (como aqueles em outros lugares), tentam explorar seus laços étnicos em jogos de poder, buscando assim seu próprio acesso e o das suas respectivas redes ao poder e recursos enquanto

eliminam políticos e partidos rivais" (Kol, 2011, p. 52). Podemos perceber agora como este fenômeno percorre desde o processo de construção de Estado até os dias de hoje, seja reproduzido ainda por políticos para tirar proveito, podemos chamar este ato de um fenômeno cultural.

É importante salientar que tendo em conta esta política, não são levadas em conta a capacidade dos candidatos, e desta forma, deixando os agentes de desenvolvimento os intelectuais à margem da governação, sendo estas pessoas dotadas de capacidade e preparadas para o processo de desenvolvimento. Olhando para este ponto podemos tomá-lo como base da relação existente entre os intelectuais e Estado, onde o Estado - na tentativa de manutenção de poder - coloca pessoas da sua confiança em vez da pessoa que possa dar conta do cargo neste caso, pessoa dotada de experiência e capacidade para gerir este cargo (Kol, 2011).

Olhando para a teoria de Bourdieu, vamos ver que ser intelectual não nos afasta desse sentimento próprio que é de tirar proveito. Para este autor, não existem atos realizados gratuitamente pelos agentes sociais; todo ato é calculado milimetricamente (Bourdieu, 1996, p.138). Então com isso o autor quer nos mostrar que toda ação feita por um agente social espera ser recompensada. De acordo com Bourdieu,

Segunda hipótese antropológica: tudo o que pode motivar os agentes é reduzido ao interesse econômico, a um lucro em dinheiro. Em uma palavra, acredita-se que o princípio da ação é a compreensão clara do interesse econômico e seu objetivo o lucro material conscientemente buscado por meio de um cálculo racional (BOURDIEU, 1996, p.142)

Partindo desta teoria do autor, podemos presumir que mesmo os intelectuais também tem os seus objetivos predefinidos sobre as recompensas ou contrapartida que recebem das suas ações. Com relação a este ponto podemos analisar a questão destes empresários que invadiram a política como forma de proteção e de acumulação dos bens. Mas, tudo isso não tira a importância com respeito às suas ações na sociedade como veremos a seguir.

De acordo com Vieira, os intelectuais foram muito importantes na entrada da Itália no mundo capitalista, sendo pessoas dotadas de capacidade e preparadas para o desafio do novo mundo, e também sendo pessoas capazes de avaliar projetos e relações que possam viabilizar o desenvolvimento do país (Vieira, 2008, p.77). Tomando esta reflexão e analisando a sociedade guineense vamos ver que a intelectualidade não é levada em conta nesta sociedade de acordo com Bijagó (2011), eles não são levados em conta como pessoas importantes, dado este conflito que torna a população cega e pensando ou levando mais as coisas para o separatismo étnico, e isso tem refletido até nas eleições na Guiné-Bissau.

De acordo com o autor Bijagó, na distribuição dos votos das primeiras eleições dos candidatos em relação ao seu grupo étnico, vamos ver que cada candidato teve maior número de aproveitamento de votos na região onde se encontra maior concentração do seu grupo étnico exemplo de Koumba e Nino (Bijagó,2011, p. 65). Analisando a escrita deste autor entendemos que afastamento dos intelectuais destes lugares na sociedade guineense tem a ver com esta cultura de separação étnica como forma de uma etnia procurar a sua hegemonia e privilégio dentro desta sociedade apoiando candidato da sua etnia para ter um representante no Estado que possa posteriormente defender os seus interesses.

E de acordo com Nóbrega (2003, p.294) durante a campanha eleitoral presidencial de 1999, o partido de Koumba, na qualidade de sua pessoa, usava objetos que se identificavam com valores culturais da etnia Balanta como instrumento para obter votos da população dessa mesma etnia. Ainda hoje usam instrumentos de comunicação sagrada desta etnia para informar e alertar toda a comunidade sobre onde devem votar um dia antes do voto. Podemos entender esta briga étnica como fator determinante da sua vitória nesta eleição e de privilégio dos Balantas naquela época.

Com essa briga de poder entre as etnias, reduziu-se o espaço de função dos grupos considerados preparados para assumir o aparelho de Estado, este grupo refere-se às pessoas com nível de formação superior e prontos para fazer face ao desafio do mundo atual. Mas no regime instalado no país naquela época, pesava mais para a questão étnica, onde a etnia do poder fazia questão de encher o aparelho de Estado com elementos de uma única etnia, como podemos ver no mandato de Koumba Yalá e que podemos entender também como estratégia de manutenção de poder de um determinado grupo como havia explicitado em cima.

Segundo Bijagó ³, com a chegada ao poder deste presidente, a sociedade assistiu e viu o governo formado por maioria da etnia Balanta, e reproduzindo a famosa fala, “agora é a nossa vez de governar também” (Bijagó, 2011). Esta frase é ouvida na sociedade por muitos anos, que faz até parecer que a governação deve ser de uma forma de substituição de uma etnia por outra, e por outro lado, podemos perceber a maturidade e pensamento das populações desta sociedade que parte mais para separação étnica e concentração do poder.

³ No livro de Nóbrega, Álvaro, sobre tema processo de formação de Estado e construção de nações. (1970), o autor explica como foi a nomeação dos primeiros ministros após a eleição de 1999 que elegeu Koumba Yalá como presidente. Depois de sucessivas quedas do governo, o autor mostra que de todos ministros nomeados todos são da etnia Balanta. o que acabou criando conflito dentro do seu partido. Os ministros nomeados são: Alamara Nhassé, Faustino Imbali e Caetano Intchamá. Mas é importante frisar que nem todos são do seu partido, o que acabou criando ainda mais conflitos dentro do partido.

É importante também destacar a influência partido-estado neste caso o PAIGC, neste processo de ⁴centralização de poder de acordo com Mahumane.

A transição democrática nos países da África subsaariana trouxe um conjunto de constrangimentos, como refiro em cima, e alterou a configuração dos Estados, outros, tornando-se ainda mais autoritários como forma de controle e preservação do poder, outros inovando e moldando os cidadãos de seus Estados por meio de uma nova agenda. (MAHUMANE, 2020, p.79)

Partindo da ideia da transição democrática que este autor desencadeou, vamos perceber que este processo em África ganha um outro sentido. É usada muitas das vezes como forma de centralização do poder nas mãos de certos grupos de pessoas. Isso porque em outros países a transição é feita como uma forma de facilitar novo governo a instalar de uma forma mais fácil no aparelho administrativo de modo a facilitar o seu trabalho, mas como referi Mahumane, em África é usada para preservação do poder onde o novo governo ignora a agenda passada e trazendo o seu que o ajudaria a conservar e permanecer no poder mesmo sendo de uma forma autoritária. Entendemos a nova agenda como objetivos traçados e que pretendem implementar para cumprir as suas ideologias por parte dos seus governados.

De acordo com Elias, “os Estados dinásticos são característicos de um estágio do desenvolvimento das sociedades no qual os recursos de poder são muito irregularmente distribuídos entre as elites governantes e a massa da população” (Elias,1970, p.162). Com a reflexão deste autor sobre este assunto percebe se que este tipo de Estado pauta mais para preservação do poder nas mãos dos governantes deixando assim de lado as massas populares, neste caso, as populações. No caso da Guiné-Bissau a concentração é feita também através de ocupação de cargos de Estado por pessoas do mesmo grupo étnico, desta forma mostrando como etnia é bem mais forte que a formação acadêmica nesta sociedade. E é importante também mostrar que sociedade e as populações são privados da justiça social com afastamentos destes ao recurso de manifestações ou de poder.

O recurso de poder neste caso seria as instâncias onde as massas populares usariam para manifestar os seus desejos ou como forma de mostrarem os seus descontentamentos com o regime, e também podemos tomar o recurso de poder como a posição ou lugares que nos proporciona e que nos dá esse privilégio de ser ouvidos.

⁴ Descentralização de poder seria dar acesso ao poder sem restringir certos grupos, tornar o poder acessível para todo mundo desde que estas pessoas cumpram com requisitos necessários para chegar na quele lugar, deixar que a pessoa precise mais da sua capacidade para chegar neste posto e não de fazer parte de um grupo para poder ter acesso a este lugar.

Neste caso, a não centralização de poderes, ou seja, com a distribuição de recursos de poder vai permitir que as massas se ascendam aos lugares que vão lhes ajudar a manifestar os seus desejos e opiniões e também teriam o privilégio de gozar da sua liberdade de expressão. Mas com a centralização de poder nada disso seria possível, como vamos ver mais adiante.

Voltando ainda à centralização de poder, podemos entender isso como uma atitude de um regime autoritário onde as populações são obrigadas a aceitar cegamente os desejos dos governantes.

É importante salientar que o processo de conservação do poder por parte de um determinado grupo de pessoas é feito através da ocupação dos lugares-chaves do país de forma que impede opositores a terem chances de boicotar ou tomar decisões que possam comprometer os seus mandatos. De acordo com o Cardoso,

O recurso aos antigos funcionários do aparelho colonial, alguns dos quais chegaram mesmo a atingir o lugar de diretores gerais e de secretários gerais nos ministérios, não foi suficiente para colmatar as lacunas. E como se isso não bastasse para assegurar o funcionamento do aparelho do Estado, deixou-se instalar no seio das estruturas superiores do Estado um espírito do "deixa andar" que escondia por detrás a incompetência e uma certa confusão na interpretação dos princípios. O princípio da supremacia do partido sobre o Estado, por exemplo, foi durante muito tempo mal interpretado. Esta interpretação levou, entre outras, à colocação de indivíduos sem preparação técnica adequada à frente de departamentos e empresas públicas. Por isso o fracasso burocrático foi total (CARDOSO, 1995 p. 272).

Partindo da reflexão do autor, podemos perceber que o Estado usava todo o seu poder sobre a sociedade sem levar em conta as consequências que este pode trazer para a sociedade. O partido-estado (PAIGC), na tentativa de controlar o poder procurava a todo custo manter os combatentes pertencentes a este partido nos altos cargos da administração do país, mesmo sem preparação. Até os dias atuais é visível este tipo de funcionamento de Estado e que podemos considerar de um fenómeno histórico e cultural já que é algo herdado, ou seja, protagonizado desde processo de construção de Estado, e que era usado para conservar o poder entre os combatentes.

Continuando ainda com esta linha de pensamento podemos tomar isso como ponto de partida para analisar a relação existente entre Estado e Intelectual baseado na prioridade dada aos combatentes mesmo sem nenhuma preparação e olhando para impedimento destes para entrar no aparelho de Estado como forma de conservar a hegemonia deste grupo.

Como salienta o Bijagó, “Fato é que foram se formando elites políticas e militares provenientes do núcleo rígido do partido, que herdaram o Estado colonial com profundas modificações estruturais, tanto do ponto de vista económico-administrativo quanto político (Bijagó,2011, p.46)”. Dessa forma podemos perceber que o núcleo desse partido queria sempre

manter a sua hegemonia na sociedade e na política do país, exercendo o seu poder e autoridade sobre o Estado, o que podemos dizer em outras palavras sequestro de órgãos de soberania.

Com a presença destes nos lugares de destaque do país, podemos ver que acabaram impedindo os mais preparados a ascender aos lugares de destaque para proporcionar ao país o desenvolvimento que sempre almejou. Os mais preparados neste caso seriam pessoas com nível de formação profissional, dotadas de capacidade intelectual para fazer face com a exigência do mundo atual (Maliska, 2006).

A não subida dos considerados mais preparados para a administração do país acabou prejudicando muito a progressão do país no que tem a ver com a situação económica e também por falta de estratégia que possa gerar e administrar os recursos que o país tem como veremos à frente.

De acordo com Cardoso, “com efeito, a situação económica que hoje em dia se vê é vista como resultado da má gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento socioeconómico do país (Cardoso, 1995 p.263), a gestão neste caso, pode ser entendida como a incapacidade (pessoas com menos preparação para assumir os cargos de destaque que estão exercendo), dos governantes que pilotavam a administração do país. Pois, este é o resultado da questão política em que o partido na tentativa de conservar o poder ou de exercer o poder sobre outros grupos, via-se obrigado a manter os seus membros no lugar de destaque como uma forma de segurança e evitar supostos golpes que assolavam o país e podemos tomar esta reflexão como reflexo desta relação existente entre estes dois lados (Estado e Intelectual).

5.2 INTELECTUAL

Para o desenvolvimento sustentável de um país, precisa acender os mais preparados para os lugares de destaque e lugares-chaves do Estado (Lúcia, 2014), e segundo a mesma autora, “Gramsci não considera os intelectuais de maneira abstrata ou como uma casta separada, mas os apresenta como parte integrante das relações sociais, como pertencentes a uma classe social e com a função de representar os interesses dessa classe no conjunto da vida social (Lúcia, 2014, p.284)”. A reflexão da autora define muito bem o objetivo da função dos intelectuais como agentes representativos no sentido de levar em conta as necessidades das populações dentro da sociedade e ainda procura soluções mostrando aí a importância de uma boa relação destes com o Estado servindo como elo de ligação entre a população e governo.

De acordo com a mesma autora os intelectuais ainda têm a função de construção contra hegemonia no sentido de que participam na formação da consciência crítica de uma sociedade,

tentando de qualquer forma os conscientizar sobre os problemas sociais (Lúcia, 2014 p. 292). Por outro lado, Said ainda mostra a sua diferença com as outras classes, para ele, “os verdadeiros intelectuais nunca são tão eles mesmo como quando, quando movido pela paixão metafísica e princípio desinteressados de justiça e verdade, denunciam a corrupção, defendem os fracos, desafiam a autoridade imperfeita ou opressora (Said, 2005, p. 21)”. Aqui o autor ilustra como os intelectuais pensam mais na sociedade em detrimento dos seus propósitos pessoais, sendo pessoas que defendem os oprimidos, também combatem a corrupção dentro da sociedade na qual vivem, tentando de qualquer forma ajudar na progressão da sociedade. Será que isso é um dos motivos que provoca o afastamento destes do Estado guineense? Sabemos o que menos um Estado autoritário quer é a população conscientizada que possa reivindicar o seu direito. Vamos trazer também um outro autor que vai discutir este perfil dos intelectuais.

Continuando ainda com esta discussão vamos trazer Villas Bôas onde ele fala de um dos livros de Weber (entre duas vocações) fazendo menção a uma conferência que decorreu na Alemanha e que foi promovida em Munique. De acordo com este autor, nas suas escritas ele deixou transparecer a vocação que Weber tem pela política isto porque mesmo quando ele desempenhava o posto de comissão de hospitais militares onde ele aproveitou para fazer uma das suas obras como escritor, ele cria tempo também para participar na vida política mostrando uma certa vocação para esta área (Villas Bôas, 2024).

Refletindo sobre esta escrita podemos entender que nem todos os intelectuais têm essa vocação de pensar nos outros primeiro em detrimento de si desde já que entra no campo político onde é sempre verificada a luta pela hegemonia que é um campo de interesse. Isso nos leva a refletir sobre vários intelectuais que estão presente na política da Guiné-Bissau, nomeadamente do partido de PAIGC do regime do partido único que não cumpria com este perfil dos intelectuais definido por Said.

Isso porque, estes intelectuais defendiam o interesse do partido não da população como vimos no livro de Carlos Cardoso “Formação de Elite” no processo de abertura política, uns defendiam o regime de partido-Estado e outros defendiam abertura política. Podemos ver a partir daí uma discrepância em termo de caráter de cada intelectual em relação aos seus perfis.

E também vamos trazer Bourdieu que vai nos falar da finalidade de toda ação social. Para Bourdieu,

ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo, é ter o senso histórico do jogo. Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo sempre muito adiantado ou muito atrasado, o bom jogador é aquele que antecipa, que está adiante do jogo (Bourdieu, 1996, p.144).

com esta reflexão do autor podemos entender que a forma de tirar proveito entre um político e um intelectual pode ser diferente, mas, todos agem para um fim lucrativo cada qual com a sua forma racional e é importante lembrar que tem intelectuais com vocação política como acabamos de ilustrar o exemplo dos intelectuais do partido único.

Continuando ainda no conceito dos intelectuais e suas funções vamos trazer o Said que vai falando do intelectual orgânico. O autor acredita que os intelectuais orgânicos estão envolvidos e empenhados em expandir mercados e mudar mentalidade das pessoas, mudar mentalidade no sentido de trazer novas produções proporcionando a mudança no padrão da convivência social com a modernização dos produtos (Said, 2005). Esta reflexão podemos associá-la aos intelectuais que apoiaram a abertura política como forma de garantir que outras pessoas possam participar na vida política do país dando contribuição para o desenvolvimento da sociedade e também como forma de democratizar a sociedade, em outras palavras defender interesse das populações.

Para defender os interesses das populações, primeiro é preciso simpatizar com estas populações e conhecer os valores sociais desta sociedade.

E se partimos da ideia de que os intelectuais são defensores e pessoas dotadas de capacidades críticas e sociais, seria importante frisar que nesta classe dos intelectuais tem peculiaridade sobre suas próprias ideologias. De acordo com Mamdani, os intelectuais neste caso são estudiosos globais que generalizam sem levar em conta a diversidade e o intelectual público que pauta pela relevância, tentando fazer análise segundo o contexto que se encontra (Mamdani,2022, p.89).

Em sintonia com Mamdani, e fazendo uma revisão crítica a história da relação entre o Estado e o campo acadêmico, Abrantes mostra que a Escola Colonial foi criada para formar futuros administradores para as colônias, especialistas em temas que os levaram a assumir postos administrativos nos países da colônia portuguesa com o intuito de manter a hegemonia dos colonizadores, preservando assim seus valores e seus objetivos, mesmo quando informam estarem atendendo às necessidades das populações angolanas. (Abrantes,2022, p.72). Levando isto em contexto guineense vamos ver que isso acontecer com os políticos guineense que após a independência formavam uma elite que preocupava, mas em preservação dos seus objetivos e valores como combatentes, de tanto que esse discurso foi repetido várias vezes como forma de mostrar a hegemonia deles na sociedade e também como estratégia de preservar o poder sobre outros mandando ainda elementos deste ciclo para formar no exterior.

Estes intelectuais que estão sendo formados nessas escolas, têm mais afinidade e compromisso de defender as ideologias ocidentais que é de centralização de poder dentro de

um Estado colonial como Guiné-Bissau, segundo a autora. De acordo com Mamdani, a universidade africana começou como um projeto colonial, um projeto modernista de cima para baixo, cuja ambição era a conquista da sociedade. A universidade estava na linha de frente da “missão civilizadora colonial” (Mamdani,2022, p.88). E como um projeto colonial, trabalha e forma profissionais para tal.

Segundo Abrantes, a cadeira de política indígena seria um dos espaços em que alunos inscritos no curso de administração deveriam receber informações necessárias sobre administração desta sociedade para que pudessem estar dentro de assunto de uma forma mais preparada, entretanto com ideias baseadas na ideologia colonial (Abrantes,2022, p.89). baseando na ideia da autora podemos ver que na sociedade guineense isso é usada de uma outra forma onde o Estado forma um intelectual dentro da sociedade como uma pessoa que apropria de todo conhecimento deste grupo para melhor ajudar na manipulação desta sociedade, esta pessoa pode ser um intelectual em ascensão ou uma elite da economia.

Falando ainda dos objetivos dos intelectuais vamos ver que variam de um grupo a outro. É importante falar também da classe da elite no poder. As posições ocupadas nos aparelhos de Estado refletem sobre a sua vida privada, como diz o Mamdani,

A primeira rodada de mudanças produziu vitórias retumbantes para o amplo campo da nacionalidade, que exige a limitação da autonomia da universidade, e o corpo docente em particular, para acabar com o privilégio racial. Eles disseram que a universidade deveria ser nacional não apenas no nome, mas também na aparência (MAMDANI, 2022, p.90)

partindo da linha do pensamento do autor, vamos perceber que a exigência da nacionalização das universidades tem um objetivo muito importante que é de acabar com a autonomia das universidades e conseqüentemente dar espaço para ascensão dos nacionais, isso porque os aparelhos administrativos eram das responsabilidades daqueles que vieram desta universidade que julgaram privilegiar certas raças. Nesta universidade, os conteúdos ministrados são pensados segundo as lentes de uma determinada sociedade.

De uma certa forma as suas vidas privadas (raça, pertencimento e privilégio profissional), refletem sobre as suas vidas públicas neste caso, sobre suas posições ocupadas nos aparelhos administrativos, falando da raça ou pertencimento vai nos fazer voltar ao conceito da etnicidade discutida atrás como forma de chegar ao poder na sociedade e não capacidade. Continuando ainda neste assunto dos intelectuais no poder vamos ver o autor guineense (Cardoso) que vai abordar o assunto de enriquecimento fictício destes intelectuais no poder. De acordo com Cardoso,

Os créditos bancários e outras facilidades burocráticas permitiram o enriquecimento rápido desta classe, enriquecimento este que se pode considerar fictício na medida em que não se baseia numa riqueza duradoura, isto é, que seja consequência de uma reprodução alargada do capital (Cardoso, 1995, p. 264)

Baseando nesta lógica, vamos ver que entre os dois grupos dos intelectuais, os seus objetivos com a sociedade são diferentes, onde um pensa na sociedade e o outro na sua própria riqueza. Este também pode ser o motivo para a restrição da política para um determinado grupo no sentido de dominar não só pela via do poder político, mas também pela via do poder econômico como já tínhamos referido através da informação de uma página *Educar Mente para Uma Democracia* que discute a situação política do país onde ele fala do enriquecimento de várias personalidades políticas através dos seus cargos no aparelho de Estado. Segundo Kohl, “mesmo cidadãos não desfrutam da liberdade civil plena, a participação política era restrita e a arena política dominada por organizações controladas pelo Estado (Kohl, Christoph, 2011, p. 56)”, foi desta forma que as populações são impedidas pelo próprio Estado que exerce o seu poder opressivo como forma de barrar as populações e também como forma de poder pôr em prática os seus objetivos.

De acordo com Weber, “a todo “poder” de formações políticas é inerente uma dinâmica específica: pode tornar-se a base de uma pretensão específica de “prestígio” de seus membros, que influencia seu comportamento para fora” (Weber, 1999, p.162). Estas influências muitas vezes são por vias de violências exercidas sobre as populações para fazê-las cumprir com as demandas do regime. E podemos entender a relação de poder como uma relação em que um determinado grupo tem poder sobre o outro em outras palavras, o Estado sobre não intelectuais e as populações na sociedade guineense.

Para a sociedade moderna e para fazer face ao desafio do mundo atual precisa ter um Estado que esteja aberto sem restrições aos novos intelectuais, ou seja, aquelas pessoas dotadas de competências para fazer frente com as novas demandas e novos desafios do mundo atual. De acordo com Maliska, o Estado racional é um Estado que pauta mais pela competência em detrimento de laços de amizade ou parentesco, neste caso, optam em recrutar funcionários altamente preparados que possam responder às necessidades da sociedade (Maliska, 2006, p. 20). Neste tipo de administração de Estado abre oportunidades para os intelectuais de forma a poder dar conta dos seus desafios e satisfazer as necessidades das populações neste tipo de Estado a relação entre os intelectuais e governos são bons.

De acordo com Said, “o intelectual é um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para um público (Said, 2005, p.25)”. Esta representatividade tem mais a ver em levar a

preocupação da sociedade junto ao governo, neste caso, servir de elo de ligação entre a massa popular e administração do país. E é importante salientar as importâncias destes em identificar e solucionar problemas sociais, sendo pessoas dotada de racionalidade que possa localizar historicamente e socialmente os problemas e procurar as soluções para tal porque o que mais importa é a sociedade e não o poder em si (Said, 2008, p.75)

6 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho usaremos método qualitativo que procura compreender aspectos e explicando a dinâmica da relação social através da descrição dos autores ou dos participantes da pesquisa (Gerhardt; Silveira, 2009, p.32).

Este método será de grande importância sendo um método interpretativo e descritivo e que permite uma análise subjetiva do assunto em questão. Sendo assim vai em conformidade com o nosso tema de estudo que é da relação social e que depende muito da análise individual de cada pesquisado a fim de poder extrair informações que serão de

Segundo Cristina Piana, inspirada por Gonsalves, a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (Gonsalves, 2001 apud Cristina Piana, 2009, p.169)

De acordo com as palavras desta autora, este método de pesquisa vai ser muito importante e fundamental neste processo de construção ou da execução do estudo dada esta sua dinâmica de interação com os sujeitos que fazem parte desta sociedade a ser pesquisada. E antes de ir para o campo de pesquisa vamos usar as bibliografias já escritas sobre o tema como forma de ter um pouco de noção sobre o objeto em estudo.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida baseando nos materiais já publicados sobre o assunto em questão, estes materiais podem ser artigos, teses monografias e outros tipos de produção (Gil, 2010, p.50), e sendo ela base que vai nos facilitar na análise de dados encontrados.

Para coleta de dados usaremos a entrevista como técnica de coleta de dados. E para a entrevista escolhemos trabalhar com a perguntas abertas que é uma forma que visa deixar a entrevista mais aberta onde o entrevistado pode falar de uma forma mais aberta e livre, e que

exige também ao entrevistador a estar mais atento com as falas dos entrevistados de modo a poder registrar tudo (Severino, 2013, p. 108).

É importante salientar que a entrevista será aplicada nas duas instituições que achamos pertinentes fazerem parte desta pesquisa. Em primeiro lugar vamos direcionar o nosso aprofundamento teórico de pesquisa para Ministério de Recursos Humanos (RH) da Guiné-Bissau como sendo uma instituição que trabalha com concursos públicos de forma a facilitar a compreensão desta relação que existe entre estes dois polos (Estado e Intelectual), e também sendo pessoas responsáveis para organizar critérios de seleção que achamos importante para poder responder um dos problemas de pesquisa que é processo da renovação das elites.

Em segundo lugar vamos trabalhar com União Nacional de Trabalhadores Guineense (UNTG) que é uma instituição que trabalha com conflitos sociais neste caso com problemas de trabalhadores, esta instituição ajudará muito na obtenção de informação sendo que o seu objetivo vai se dialogando com o nosso objeto de pesquisa sendo instituição que procura defender e compreender a relação do trabalhador e patrão neste caso, o objeto da pesquisa se vê nesta ótica tentando entender esta relação dos intelectuais e Estado desde período do partido único até dias atuais.

Considerações finais

Com a discussão preliminar apresentada neste projeto, consideramos como hipótese que a relação entre intelectuais e Estado na Guiné-Bissau é importante, mas também bastante complexa, exigindo um estudo aprofundado a partir da coleta e análise dos diferentes pontos de vista de modo a se delinear um entendimento mais próximo da realidade, evitando-se também posicionamentos rápidos. As teorias apresentadas no projeto bem como aspectos do passado e do presente político na Guiné-Bissau serão confirmadas após a investigação e a obtenção de dados a partir do campo e da interlocução com atores participantes da realidade do Estado guineense.

✓ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICOS

ABRANTES, C. S. A. (2022). **os futuros portugueses: um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para angola (1950- 1960)**. Mórula Editorial.

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, ELIKIA. **no centro da etnia: etnias, tribalismo e estado na África**. Editora Vozes Limitada, 2017

BIANCHI, Alvaro. **o conceito de estado** em Max Weber. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 79- 104, 2014

BIJAGÓ, VG (2011). **os golpes de estado na Guiné-Bissau**: o cotidiano do poder no contexto da universidade étnica e da construção nacional.

BOURDIEU, Pierre. **razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus editora, 1996.

CARDOSO, C. (1995). **a transição democrática na Guiné-Bissau**: um parto difícil. Lusotopie, 2(1), 259-282.

CARDOSO, C. (2002). **a formação da elite política na Guiné-Bissau** (Vol. 5). Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

CAOMIQUE, Policarpo Gomes et al. **estado e poder tradicional na Guiné-Bissau**: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020). 2022.

Economia e sociedade: **fundamentos da sociologia compreensiva**/ Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn, 4 ed. 3 reimpressão- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

ELIAS, Norbert. **processo de formação de estados e construção da nação**. (1970).

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

EDUCAR, **Mente para uma Democracia**. Artigo de opinião: **são do mesmo partido mais dividiram**. Entenda as razões do predomínio e do rompimento das alianças políticas.

2024 <https://www.facebook.com/share/p/q9KD6N23eN3a5BTf/?mibextid=xfxF2i>

GIL, Antonio Carlos. **métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2010.

KOHL, C. (2011). Integração Nacional por baixo: **a contribuição do associativismo na Guiné-Bissau**. Revista antHropológicas, 22(2).

MADANI, M. (2022). **descolonizando as universidades**. Ayé: Revista de Antropologia.

MAHUMANE, P. A. (2020). **uma perspectiva antropológica sobre o comportamento político e a participação democrática em Moçambique**.

MALISKA, M. A. (2006). **Max weber e o estado racional moderno**. Revista Eletrônica do CEJUR, 1(1).

MARQUES, Roger Machado. **etnia, etnicidade e modernidade: uma análise histórica do uso dos conceitos na África pós-colonial**. Oficina do Historiador, v. 15, n. 1, p. e41537-e41537, 2022.

MONTAÑO, C. & Lúcia, D. M. (2014). **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora.

NÓBREGA, Álvaro. **a luta pelo poder na Guiné-Bissau**. Lisboa, Ed. Instituto Superior de C. S. e políticas, março de 2003.

PIANA, Maria Cristina. **a pesquisa de campo**. São Paulo: editora Unesp, 2009.

SAID, E. W. (2005). **representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. Editora Companhia das Letras.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] 1. Ed.- São Paulo: Cortez, 2013

SEIDE, Seco Braima. **organização social, política e cultural da etnia Balanta**. São Francisco Do Conde 2017

Vieira, C., E. (2008). **intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual**. Revista Brasileira de História de Educação, 8(1), 63-85.

VILLAS BÔAS, Gláucia; Max Weber duas vocações. Posts de @revistaCult. 2024. São Paulo Ed. 307 Seção. Política. S/ p